



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 15/94

6ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 1994

8 de Setembro de 1994

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Vitor Manuel Lopes de Andrade.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Srs. Joaquim Marques, Rui Filipe Casimiro, D<sup>o</sup>. Isabel Ferreira, Jaime Garcia, José Pedro Félix, Jorge de Lemos, Júlio Correia e Rui Amendoeira, conforme consta da relação anexa.

### I - ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação para aprovação, nos termos do Regulamento de Medalhas e Insígnias Municipais, da proposta da C.M.A. para atribuição de Condecorações Municipais;
- 2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 1 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, e nºs. 2 e 4 do Artº. 8º. do Dec. Lei 390/82, de 17 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Aquisição por Ajuste Directo de Molok - Sistema de Recolha em Profundidade*";
- 3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Alteração de Taxas da Piscina Municipal de Alfovelos - Informação nº. 688/94 proveniente do Departamento de Educação e Cultura*";
- 4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Alteração de Taxas da Piscina Municipal da Damaia - Informação nº. 701/94 do Departamento de Educação e Cultura*";
- 5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, de



12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Alteração de Taxas da Piscina Municipal da Reboleira - Informação nº. 702/94 proveniente do Departamento de Educação e Cultura*";

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea p) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, conjugada com o nº.1 do Artº. 5º. do Dec. Lei 470-B/88, de 19 de Dezembro, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Lançamento da Derrama/95 - Proposta*";

7 - Apreciação para aprovação, nos termos do nº.1 do Artº. 17º. do Dec. Lei 442-C/88, de 20 de Novembro, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Contribuição Autárquica/95 - Proposta*".

O Sr. Presidente da Assembleia informou que foi enviada a convocatória e que posteriormente foi enviado um aditamento à mesma, no qual se colocou, por uma questão de urgência e a pedido da Câmara, o ponto nº. 2 e que vai ler a convocatória já com este incluído, transitando os pontos seguintes para um número a seguir. De seguida leu a Ordem de Trabalhos, com a inclusão deste ponto do aditamento, , e pô-la a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 30 membros presentes (Documento em anexo a esta acta).

## II - TOMADA DE POSSE

Foi dada posse ao Sr. Luis Francisco Silva Fernandes, como membros da Assembleia, suplente da mesma lista do Sr. António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes (Documento em anexo a esta acta).

## III - APROVAÇÃO DE ACTAS

Foram postas à consideração da Assembleia as actas nº. 2 e 3/94. Não havendo intervenções na sua discussão, o Sr. Presidente pôs a acta nº. 2/94 a votação, sendo aprovada por maioria com 25 votos a favor e 2 abstenções. De seguida pôs a acta nº. 3/94 a votação, sendo aprovada por maioria com 26 votos a favor e 2 abstenções.

## IV - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.





*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. Joaquim dos Santos Ferreira para falar sobre o Edifício Babilónia, José Lopes Loureiro e Carlos Fernandes para falarem sobre os parómetros da Av<sup>a</sup>. Combatentes da Grande Guerra e também que lhes foi dito que este assunto viria Sessão hoje, o que não é verdade. O Sr. Presidente informou que estes assuntos não estão esquecidos pela Assembleia, pois estão agendados para a próxima Sessão. O Sr. Vereador Armando Vara, por delegação do Sr. Presidente da Câmara, interveio para dizer que foi ele que disse às pessoas que esperava que na primeira Sessão que se realizasse a seguir às férias fosse possível discutir a proposta da Câmara e, também, que a Câmara aprovou a proposta em devido tempo. O Sr. Presidente da Assembleia informou que a Assembleia está sempre aberta ao executivo e que caso fosse solicitado que esta proposta fosse discutida com urgência, o seria, tal como na Sessão de hoje foi incluído um ponto na Ordem de Trabalhos devido à urgência da aprovação.

### VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Sr. Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa uma Recomendação, apresentada pela bancada do PSD, sobre as recentes notícias, publicadas em diversos Órgãos da Informação, que colocam em causa o prestígio e a honorabilidade do Município da Amadora e que passou a ler. Após a leitura, pôs a recomendação a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 26 membros presentes. Seguidamente informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. João Vieira, António Filipe, Luis Francisco, Pedro Cordeiro, António Mira, Tremço de Brito e Alves Nunes.

O Sr. João Vieira, na sua intervenção, falou sobre os parómetros, dizendo que na altura da aprovação do Regulamento avisou a Câmara que se estava a precipitar com a aprovação deste sem o colocar a discussão pública e que está, hoje, mais que evidente que a discussão pública era necessária para se evitar esta situação, pelo que pensa que houve precipitação na sua aprovação e que agora só resta remediar a situação e informou que na altura da aprovação do Regulamento, como representante do CDS-PP, votou contra e também, segundo pensa, a falta da discussão pública torna o Regulamento nulo e de seguida levou uma declaração sobre as notícias tornadas públicas por alguns Órgãos da Comunicação Social relativas à prática de actos de corrupção na Câmara Municipal da Amadora (Documento em anexo a esta acta).



O Sr. António Filipe, na sua intervenção, falou sobre os parómetros, dizendo que se poderia discutir este assunto nesta Sessão se houvesse maioria de 2/3 a aprovar a proposta da Câmara sem prejuízo da Ordem de Trabalhos. O Sr. Presidente da Assembleia informou que o Artº. 36º. do Regimento se aplica a esta Sessão, uma vez que esta é Extraordinária.

O Sr. Orlando Gonçalves, na sua intervenção, falou sobre o Regulamento, dizendo que a Câmara o deveria suspender temporariamente, pelo menos nas zonas onde está a provocar atritos, confusões e atropelos aos residentes e por fim sobre o Edifício Babilónia, dizendo que é de um atropelo grave que se tratam as pessoas como o Sr. Helder Correia o está a fazer, pelo que a Câmara, segundo ele, terá de tentar resolver o problema e que deverá indicar, ao município, os caminhos que terá de percorrer para resolver o problema.

O Sr. Anibal Ramos, na sua intervenção, falou sobre os casos de corrupção, publicados pelo "Semanário", na Câmara da Amadora, dizendo que esperava que na Sessão da Assembleia, a seguir a esta publicação, as forças políticas que foram citadas viessem de algum modo prestar os devidos esclarecimentos sobre tão graves acusações e que estranhas que as referidas forças políticas, que receberam ou não dinheiro em troca de favores e de facilidades na aprovação do Sr. Helder Correia, não digam nada sobre o assunto nem prestem quaisquer esclarecimentos à Assembleia e por fim fez um apelo para que as forças políticas esclareçam a Assembleia.

O Sr. Carlos Reis, na sua intervenção, falou sobre a recomendação que a bancada do PSD apresentou para ser analisada e votada; criticou a intervenção do representante do CDS-PP sobre as notícias tornadas públicas por alguns Órgãos da Comunicação Social relativas à prática de actos de corrupção na Câmara Municipal da Amadora; o munícipe que vive junto ao Babilónia, dizendo que a Câmara terá de tomar as devidas posições, neste caso e, por fim, leu uma declaração da bancada do PSD (Documento em anexo a esta acta).

O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer um protesto sobre a intervenção anterior, dizendo que a primeira pessoa a dar a cara, em todo este assunto, foi ele; que a notícia saiu no Sábado e no próprio Sábado foi à Televisão para falar sobre o assunto; que não tem nada a ver com a reestruturação dos Serviços, com os pelouros e que não está em causa isso, mas que o que a notícia refere é um conluio entre três vereadores de um determinado partido e três de outro, não pertencendo, ele, nem a sua força política a





*[Handwritten signatures]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

qualquer um deles, que angariavam dinheiro com o avanço dos processos; que propôs um inquérito interno para ver se havia qualquer indício de corrupção; que não tem qualquer poder sobre os vereadores para os disciplinar; que nunca ouviu falar neste assunto a não ser agora; que não tem poder de saber se é verdade ou não que os partidos receberam dinheiro; que a única coisa que poderá fazer é verificar se há anomalias ou não nos prazos de aprovação dos processos; que há outras entidades interessadas no assunto e, por fim, que na sua força política não entrou qualquer dinheiro. O Sr. Vereador Granja da Fonseca, por delegação do Sr. Presidente da Câmara, interveio para dizer que pensa que foram aqui feitas algumas afirmações, pelo membro do CDS-PP, que lhe parece que está a lavrar em erro; que o autarca do CDS-PP é jurista, pelo que sabe que a Lei diz que não há ninguém condenado sem ser julgado; que contrariamente ao que foi dito, aqui, leu uma informação na reunião da Câmara, da qual consta, sucintamente, que todos os processos de que se fala nos jornais, nomeadamente no "Semanário", ou por unanimidade ou quase por unanimidade, contrariamente ao que foi dito nos jornais; que, relativamente a outro processo, e refere-se ao da Av.<sup>a</sup> do Brasil, a votação até foi, totalmente, o que vinha nos jornais, isto é, foi votado a favor pela CDU e PSD e contra, por uma questão de metodológica, pelo PS; que o PSD pretende um inquérito, isto é, uma apreciação exaustiva dos processos, que foi votado por unanimidade, que não fosse só interno mas também pelos homens da Tutela; que pensa que mais transparência e mais vontade de que o assunto seja esclarecido que esta, não pode haver; que os visados do PSD intentarão, oportunamente, as competentes acções que o caso reclama, quer no foro criminal, quer no Cível; que não houve irregularidades, pois os processos foram votados mediante as informações que vinham nos processos e por fim que só quem passa por difamações públicas é que sabe o que custa suportá-las.

O Sr. Vereador Andrade Neves, por delegação do Sr. Presidente da Câmara, interveio para defender a sua honra, dizendo que o membro do CDS-PP tem todo o direito de fazer uma intervenção sob o ponto de vista político, não tendo o direito de utilizar alguma fraseologia, tal como quem cala consente e portanto acusa já, devido à notícia que vinha no jornal que é provocatória e mentirosa; que deu a cara, pois foi contactado às 22.30 horas de quinta feira, noite antes de ir para férias, por um semanário e que não foi posto na notícia tudo o que disse; que veio propositadamente, das férias, à reunião da Câmara para poder votar, quer a proposta do Sr. Presidente para um inquérito interno, quer a proposta do PS para um inquérito do IGAT; que todos estes processos foram aprovados por unanimidade; que já, quer no foro criminal, quer no Cível, fez as diligên-



cias suficientes para entrar com o processo; que a Procuradoria Geral da República está a analisar o caso e por fim que repudia as frases "*quem cala consente*" e "*que quem não deve não teme*".

Nesta altura, o Sr. Presidente da Assembleia, informou que se encontra na Mesa um requerimento do qual tem algumas dúvidas, pelo que interrompe a Sessão por cinco minutos e solicitou aos membros da Comissão Permanente que se aproximassem da Mesa para analisar o requerimento. Após esta interrupção, pôs o requerimento a votação, sendo rejeitado por maioria com 19 votos contra e 12 a favor (Documento em anexo a esta acta). De seguida interveio o Sr. Luis Francisco para perguntar à Mesa se já obteve resposta da Câmara ao requerimento apresentado pelo PSD sobre a questão "*Helder Correia/Babilónia*".

O Sr. João Vieira voltou a intervir para responder às intervenções dos Srs. Vereadores Granja da Fonseca e Andrade Neves, dizendo que não fez qualquer tipo de acusação e que lhe devem agradecer por ter dado o mote para que eles pudessem explicar, publicamente, à Assembleia Municipal as posições deles, coisa que ainda não tinha transparecido com toda a clareza nos jornais; que não tendo outra versão não se podia basear em mais nada a não ser naquela que veio a público, mas agora que já tem a dos vereadores cabe-lhe a ele, eventualmente, fazer a sua própria apreciação.

O Sr. Pedro Cordeiro, na sua intervenção falou em nome da bancada do PS, dizendo que gostava de clarificar algumas questões relacionadas com a celeuma que tem vindo aqui a ser lançada relativamente às famosas notícias dos jornais em relação à Actividade Municipal e que quer deixar claro vários aspectos e que são, em primeiro lugar a bancada do PS defende, sustenta e está disposta a colaborar, em todas as instâncias em que seja, legalmente, solicitada, para apuramento total das responsabilidades, sejam de quem forem; em segundo lugar querem deixar claro que, tanto quanto foi afirmado, há órgãos competentes com meios adequados de investigação que já estão, ou estarão no terreno para apuramento da verdade, que é o que se pretende, e que são o Ministério Público, órgão competente na matéria criminal, o IGAT que superintende, em termos de investigação às Câmaras Municipais e também um inquérito interno; que é bom que se diga que estão abertos e que haja apuramento da verdade até ao fim, em cada uma das instâncias, mas salienta que o próprio PS defendeu que fosse instaurado o inquérito pelo IGAT, o inquérito interno e solicita à Câmara para que envie os melhores ofícios no sentido de que rapidamente o processo interno chegue ao fim, para que a Assem-





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

bleia o possa consultar, observar e poder prosseguir, se necessário, e por fim leu uma declaração da bancada do PS (Documento em anexo a esta acta). Após esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa um requerimento a solicitar o prolongamento deste período, passando a lê-lo e de seguida pô-lo a votação, sendo aprovado por maioria com 30 votos a favor e 2 contra (Documento em anexo a esta acta). Finda esta votação, interveio novamente o Sr. António Filipe para falar sobre as notícias defendidas por alguns órgãos da Comunicação Social, dizendo que a questão essencial é que as responsabilidades, se é que elas existem, sejam apuradas até às últimas consequências, doa a quem doer, sendo esta uma questão fundamental, pelo que apoia quaisquer iniciativas, no sentido de apurar todas e qualquer responsabilidade; que apoia a iniciativa tomada pelo Sr. Presidente da Câmara que propôs a realização de um inquérito sobre este problema e por fim que pensa também que, uma forma muitas vezes utilizada para eliminar responsabilidades é a de proliferação de pseudo-inquéritos, pelo que espera que essa situação não aconteça.

O Sr. Presidente da Assembleia, nesta altura, informou que em algumas notícias aparecia o nome do membro da Assembleia, António Mira, como Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que, a seu ver, era um lapso que não dava crédito à notícia, mas que numa outra notícia, no mesmo jornal, pensa que se reincide no mesmo lapso de uma forma acintosa e dirigida, efectivamente, à Assembleia Municipal, para não dizer já, contra o Presidente da Assembleia Municipal; que nessa notícia é referido o Sr. António Mira como Presidente da Assembleia Municipal por várias vezes, pelo que pensa que é demais para ser considerado um lapso; que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal efectivo ainda não tomou qualquer iniciativa porque queria perguntar ao Sr. António Mira se tomou alguma iniciativa para esclarecer o jornal e se o fez, muito bem, o assunto está resolvido, se não o fez terá de colocar o assunto à Assembleia sobre o que pensa fazer.

O Sr. António Mira interveio para dizer que a notícia, como veio no jornal, não é por acaso e que até agora não prestou nenhuma declaração a qualquer jornal, excepto ao "Notícias da Amadora" que foi o único que o procurou. Após esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia informou que a Mesa da Assembleia vai enviar um ofício ao jornal em questão, tentando, assim, que este assunto seja esclarecido e a identidade do Sr. Presidente da Assembleia devidamente corrigida e de seguida pôs a proposta sobre o Regulamento de Estacionamento Limitado a admissão, sendo admitida por unanimidade.



de dos 33 membros presentes. Após esta votação, o Sr. João Vieira voltou a intervir para dizer que esta proposta viria resolver o problema em termos Regimentais e que pensa que, se a Assembleia aprovar a recomendação à Câmara, se para isso tiver vontade, pode suspender a eficácia do Regulamento e pode suscitar o debate público que não fez e que deveria ter feito, segundo o Código Administrativo. Seguidamente Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontra a Mesa uma moção, que já foi admitida, para ser discutida. Após esta informação, o Sr. António Filipe voltou a intervir para dizer que o que o Sr. João Vieira pretende é pôr em causa a existência dos parquímetros e que aquilo que a CDU pretende é resolver o problema decorrente da aplicação do Regulamento o melhor possível.

O Sr. João Vieira voltou a intervir para dizer que as intervenções dele não são as que o Sr. António Filipe disse, mas sim a de responder a um apelo que foi lançado por alguns munícipes e também que se aquele Regulamento está mal feito, deve ser suspenso para que não se agrave a situação.

O Sr. Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre os parcometros, dizendo que os moradores, que são os mais afectados, não compareceram aqui, mas sim, e só, os comerciantes da zona e, por fim, que existindo o Regulamento, este deve continuar até ao dia 22 de Setembro, bem como, que a Câmara pode dizer à PSP que não actue até àquele dia. Após esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia informou que o tempo deste período terminou, pelo que se passa à discussão da Ordem de Trabalhos.

## VII - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

1- Apreciação para aprovação, nos termos do Regulamento de Medalhas e Insígnias Municipais, da proposta da C.M.A. para atribuição de Medalhas Municipais.

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tinha algo a acrescentar à proposta da Câmara, tendo-lhe sido respondido que não. De seguida interveio na sua discussão a Sra. D<sup>ª</sup>. Maria Luisa Jubilado. Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por maioria com 28 votos a favor e 1 abstenção (Documento em anexo a esta acta). Foi feita uma declaração de voto pelo Sr. Orlando Gonçalves em nome pessoal. Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.





*Manoel Frade*  
*Luís Francisco*  
*Francisco Mota*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 1 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, e nºs. 2 e 4 do Artº. 8º. do Dec. Lei 390/82, de 17 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa à "Aquisição por Ajuste Directo de Molok - Sistema de Recolha em Profundidade".

O Sr. Presidente da Câmara fez a introdução formal da proposta, intervindo de seguida os Srs. Manuel Frade, Dº. Helena Nogueira, Luis Francisco, Dº. Teresa Costa Macedo, Francisco Mota e Sra. Vereadora Helena Bastos, por delegação do Sr. Presidente da Câmara, para dar as devidas explicitações. Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 25 membros presentes (Documento em anexo a esta acta). Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C. M.A. relativa à "Alteração de Taxas da Piscina Municipal de Alfovelos - Informação nº. 688/94 proveniente do Departamento de Educação e Cultura".

O Sr. Presidente da Câmara informou que responderia às questões colocadas pelos membros da Assembleia e de seguida intervieram na sua discussão os Srs. Francisco Mota, Manuel Frade, Alves Nunes e Presidente da Câmara, para dar as devidas explicitações aos membros da Assembleia. Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 24 membros presentes (Documento em anexo a esta acta). Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa à "Alteração de Taxas da Piscina Municipal da Damaia - Informação nº. 702/94 proveniente do Departamento de Educação e Cultura".

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C. M.A. relativa à "Alteração de Taxas da Piscina Mu-



*nicipal da Reboleira - Informação nº. 702/94 proveniente do Departamento de Educação e Cultura".*

O Sr. Presidente da Assembleia informou que estes pontos da Ordem de Trabalhos se referem a alterações de Taxas idênticas, pelo que sugeriu a sua discussão em conjunto e votação em separado, o que foi aceite pela Assembleia. De seguida intervieram na discussão das propostas os Srs. Anibal Ramos, Manuel Frade e Presidente da Câmara, para dar as devidas explicitações. Não havendo mais intervenções, foi a proposta do ponto 4 da Ordem de Trabalhos posta a votação, sendo aprovada por maioria com 25 votos a favor e 1 abstenção (Documento em anexo a esta acta). Seguidamente foi posta a votação, a proposta do ponto nº. 5 da Ordem de Trabalhos, sendo aprovada por maioria com 24 votos a favor e 1 abstenção (Documento em anexo a esta acta). Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, as deliberações foram tomadas em minuta.

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea p) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, conjugada com o nº.1 do Artº. 5º. do Dec. Lei 470-B/88, de 19 de Dezembro, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Lançamento da Derrama/95 - Proposta*".

O Sr. Presidente da Câmara fez a introdução formal da proposta, a qual, por não haver inscrições para a sua discussão, foi posta a votação, sendo aprovada por maioria com 22 votos a favor e 2 abstenções (Documento em anexo a esta acta). Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

7 - Apreciação para aprovação, nos termos do nº.1 do Artº. 17º. do Dec. Lei 442-C/88, de 20 de Novembro, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Contribuição Autárquica/95 - Proposta*".

O Sr. Primeiro Secretário informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças, reuniu para analisar esta proposta e de seguida o Sr. Presidente da Câmara fez a introdução formal da proposta, após o que intervieram na discussão da mesma os Srs. Alves Nunes, Dª. Maria Antónia, José Fernandes, João Vieira, Pedro Cordeiro, Luis Francisco, Carlos Reis, Manuel Frade e Presidente da Câmara, para dar as devidas explicitações aos membros da Assembleia. Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 25 membros presentes (Documento em





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

anexo a esta acta). Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

Finda a discussão da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada às 01.23 horas.

*Manoel Antunes*

*João Paulo*

*T. Silva*